

12ª Reunião, Extraordinária – CDR, Senado Federal

Tema: Panorama geral da atuação do governo brasileiro no fomento aos projetos estratégicos de mineração no país

Brasília, 17/06/2025

Principais números

 **91** tipologias minerais

 Exportação mineral:
- USD 41.7 bilhões
- 358 milhões de toneladas
- 128 países destino das exportações

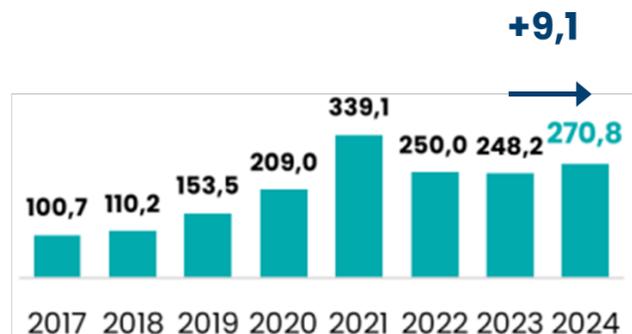
 **210.000** empregos diretos

> 2.25 milhões de empregos indiretos

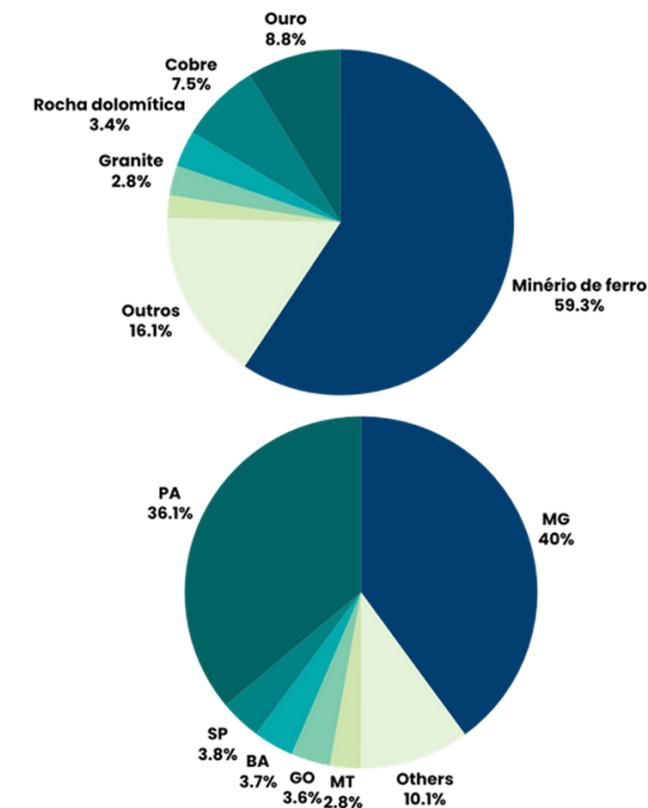
Arrecadação

2024

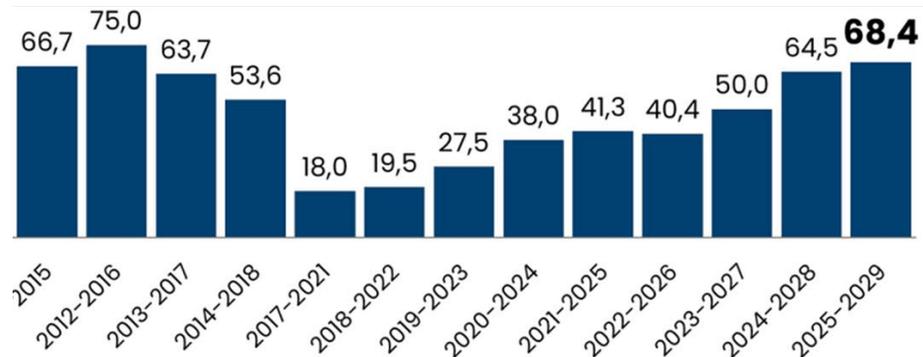
R\$ 270,8 bilhões
+ US\$ 47,3



Participação por substância e por estado



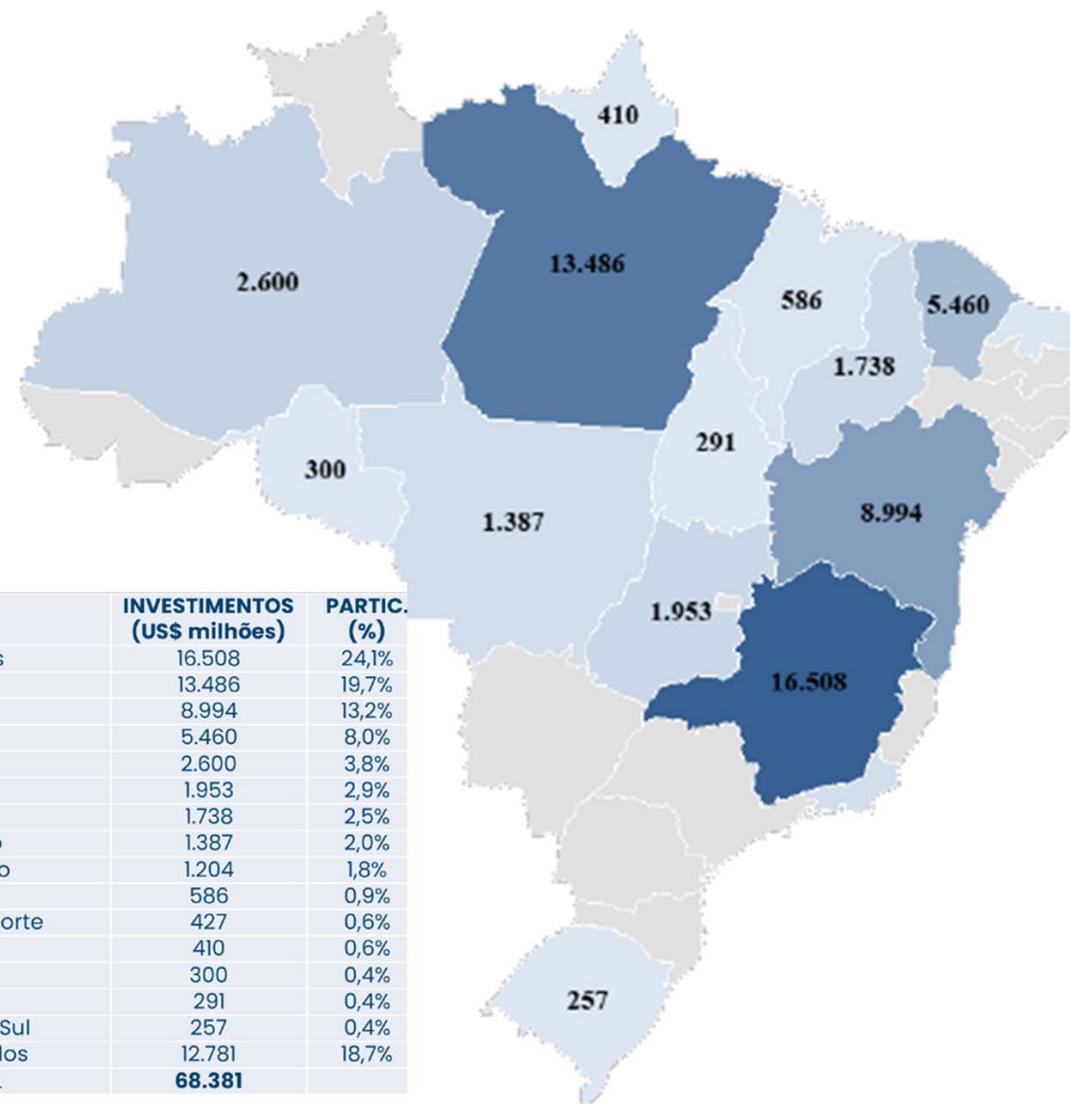
Investimentos

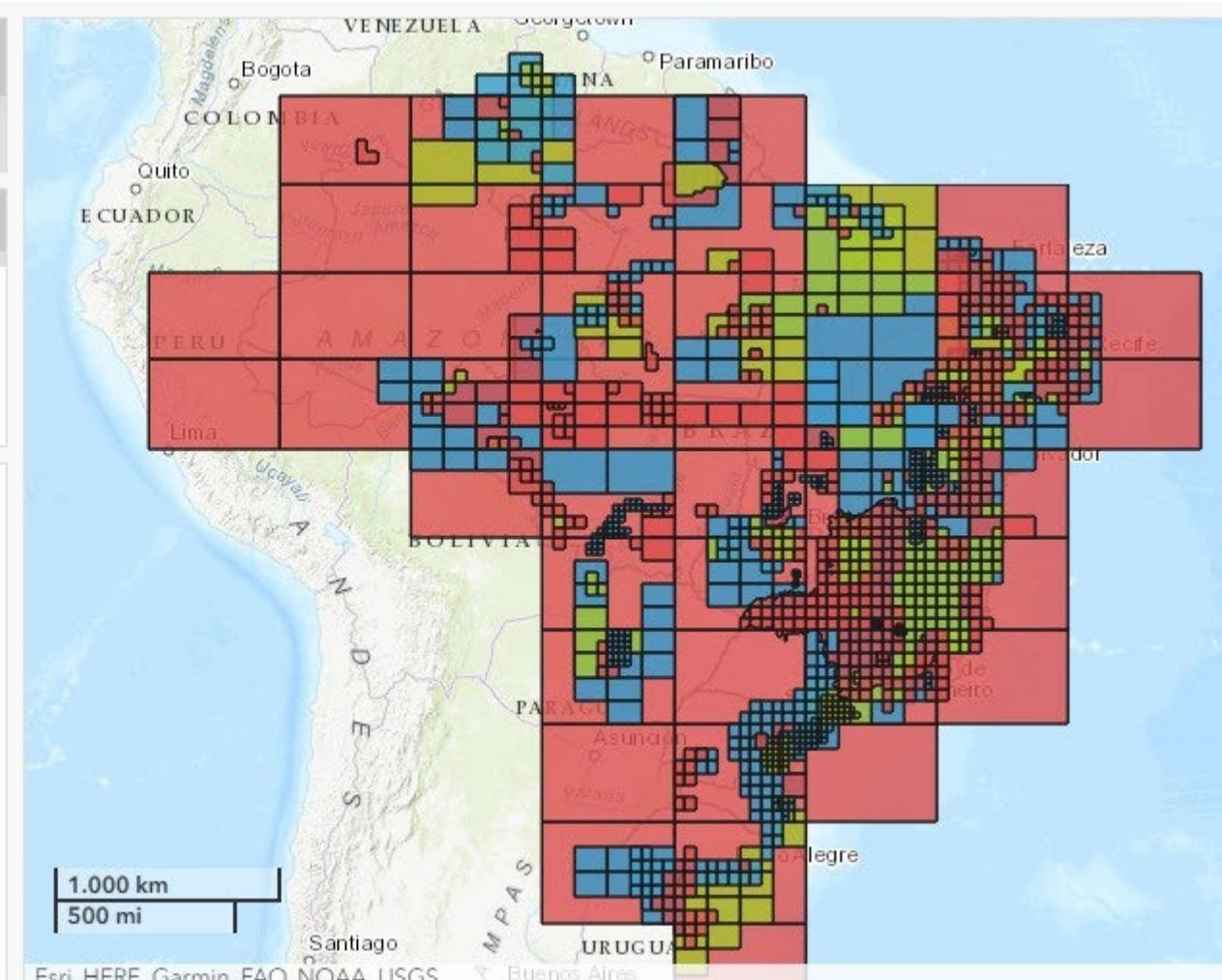


Principais investimentos mapeados 2025 – 2029

Valores em milhões de US\$

		%
Iron ore	19.597	28,7%
Socioenvironment	11.330	16,6%
Logistics	10.906	15,9%
Copper	7.309	10,7%
Fertilizers	5.580	8,2%
Nickel	3.815	5,6%
Other substances	2.191	3,2%
Bauxite	1.298	1,9%
Gold	2.149	3,1%
Rare earths	2.169	3,2%
Lithium	1.162	1,7%
Titanium	840	1,2%
Zinc	35	0,1%
TOTAL	68.381,25	100%





Fonte: SGB

MINERAÇÃO NO BRASIL: POTENCIAL

Exportador Player Global	Exportador	Autossuficiente	Importador/ Produtor	Dependência Externa
Nióbio (1°) Min.Ferro (2°) Vermiculita (3°)	Estanho Níquel Magnesita Manganês	Calcário Diamante Industrial	Cobre Enxofre Titânio	Carvão Metalúrgico Potássio
Grafita (4°) Vanádio (4°) Bauxita (4°) Caulim (8°) Lítio (5°)	Cromo Ouro Rochas Ornamentais	Tungstênio Talco	Fosfato Diatomito Zinco	Terras Raras


**Minerais Estratégicos
para a Balança Comercial Brasil
e transição energética**




IBRAM
MINERAÇÃO DO BRASIL

CONGRATULAMOS O GOVERNO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

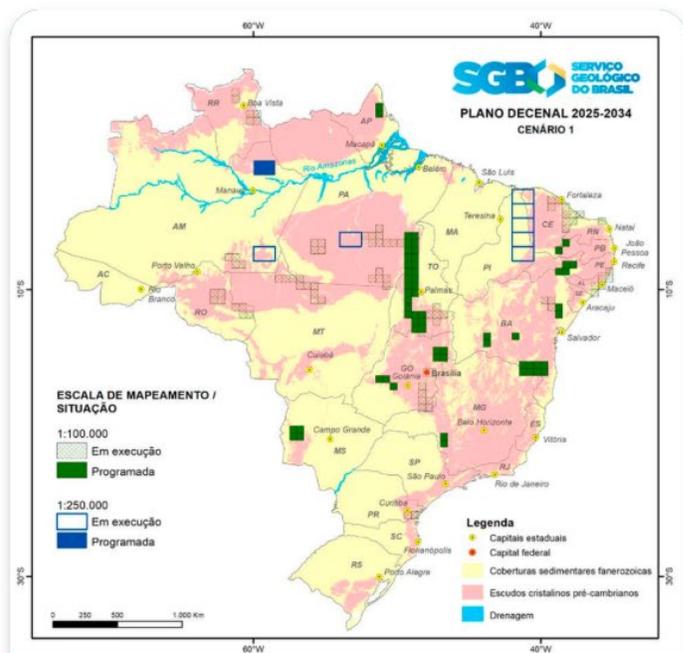
GUIA PARA O INVESTIDOR ESTRANGEIRO EM MINERAIS CRÍTICOS PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO BRASIL



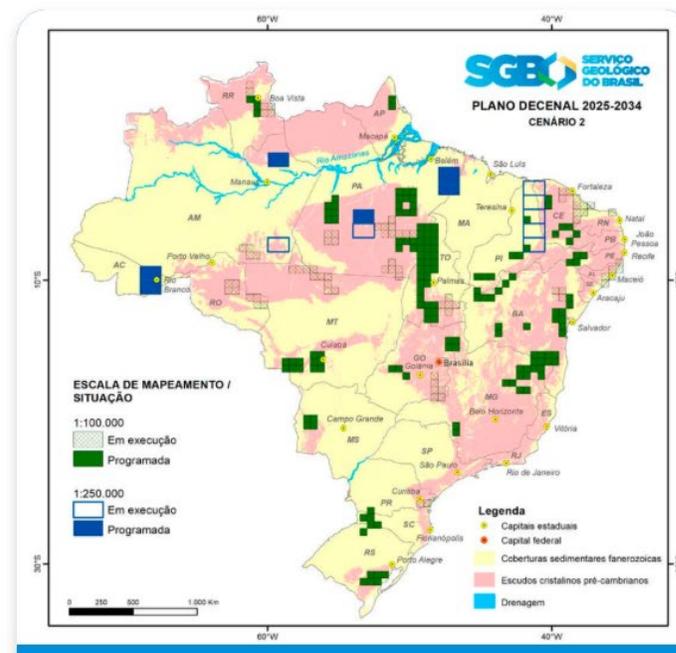
Fonte: MME site



PLANGEO 2025-2034, PLANO DECENAL DE MAPEAMENTO GEOLÓGICO BÁSICO



Cenário 1



Cenário 2



IBRAM
MINERAÇÃO DO BRASIL

CONEXÃO DE AGENDAS AINDA NECESSÁRIAS



Fonte: MDIC site

No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio(MDIC): o plano **Nova Indústria Brasil**

AS SEIS MISSÕES DO PLANO NOVA INDÚSTRIA BRASIL



Missão 1

Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética



Missão 2

Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde



Missão 3

Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades



Missão 4

Transformação Digital da indústria para ampliar a produtividade



Missão 5

Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as gerações futuras



Missão 6

Tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacionais

O Brasil tem características territoriais que favorecem o desenvolvimento de uma matriz energética baseada em energias renováveis, e um potencial geológico gigantesco, ainda longe de estar totalmente mapeado.

Além dos minerais relacionados à transição energética, é preciso olhar também para bens minerais relacionados à cadeia de fertilizantes e remineralizadores, os agrominerais

EIXOS DO PLANO DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA



Finanças Sustentáveis



Adensamento tecnológico do setor público



Bioeconomia e sistemas agroalimentares



Transição Energética



Economia Circular



Infraestrutura e adaptação à mudança do clima

Nossa proposta em oito eixos

- **Definição dos Minerais Críticos e Estratégicos (MCE).**
- **Os MCE na transição ecológica brasileira.**
- **Planejamento e segurança mineral.**
- **Fontes externas e geopolítica mineral.**
- **Indústria e cadeias de valor para o Brasil.**
- **Circularidade e uso eficiente de recursos.**
- **Mineração, desenvolvimento e sociedade.**
- **Uma governança democrática para os MCE.**

Trata-se de elaborar um referencial único e sistêmico para orientar a atuação de agentes públicos e privados.

A PNMCE deve diferenciar a categoria “crítico” da categoria “estratégico”.

A PNMCE deve estabelecer objetivos estratégicos de médio e longo prazo quanto à exploração de recursos minerais.

A PNMCE deve estabelecer metas e objetivos quanto à importação e à exportação de MCE com os principais parceiros comerciais do Brasil e produzir um protocolo de análise periódica da exposição do Brasil a riscos geopolíticos e climáticos.

PLANO DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

**TAXONOMIA
SUSTENTÁVEL
BRASILEIRA**

**TÍTULOS
SOBERANOS
SUSTENTÁVEIS**

**PLANO
NACIONAL
DE ECONOMIA
CIRCULAR**

**HIDROGÊNIO
DE BAIXO
CARBONO**

**FUNDO
FLORESTAS
TROPICAIS**

**COMBUSTÍVEIS
DO FUTURO**

**MERCADO
DE CARBONO**

**REFORMA
TRIBUTÁRIA
SUSTENTÁVEL**

**NOVO PAC
SUSTENTÁVEL**

FUNDO CLIMA

**ECO INVEST
BRASIL**

**LETRAS DE CRÉDITO
DO DESENVOLVIMENTO
(LCDS) E
DEBÊNTURES
INCENTIVADAS**

**NOVA
INDÚSTRIA
BRASIL**

**HIDROGÊNIO
DE BAIXO
CARBONO**

**PLANO SAFRA
SUSTENTÁVEL**

FUNDO CLIMA





IBRAM
MINERAÇÃO DO BRASIL

AGENDAS PARA FOMENTO

1

Implantação efetiva do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), como órgão máximo da governança de setor mineral, fomentando o planejamento de políticas públicas de longo prazo para a mineração. Decreto 11.419/2023.



2

Desenvolvimento de Política Nacional para Minerais Críticos e Estratégicos ou Minerais para Energia Limpa (MEL), visando criar cadeias de abastecimento diversificadas, resilientes e sustentáveis, consolidando o Brasil como um dos principais *players* globais neste campo. Nesse ponto o IBRAM está ativamente propositivo para a agenda junto ao Governo Federal.

3

Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten) – MME.

Nova lei facilita acesso ao crédito para projetos sustentáveis, estimula a modernização da infraestrutura energética e reforça o papel do Brasil no combate às mudanças climáticas

4

Fortalecimento da Agência Nacional de Mineração com quadro de pessoal, orçamento e infraestrutura para destravar processos administrativos e minerários que levam anos para deferimento.



5

Aumento de quadro de 220 servidores para julho/25; em 2026 mais 80 servidores; parceria com SERPRO, ABDI e B3.



6

Normas de pilhas – a ANM pretende emitir processo de regulamentação no 2º semestre/2025. E está em andamento na ABNT a construção de norma técnica sobre pilhas de rejeitos.

7

NR-22 – **Barragem**: Insegurança jurídica com proibição de trabalhadores na ZAS, conflito de definição técnica com a Resolução nº 95/ANM - **Usurpação de competência – MTE sobre ANM. Em Audiência Pública encerrando dia 20/06**

8

NR-22 – **Pilha**: A NR-22 exige estudos de estabilidade para pilhas. A norma não define rol taxativo de áreas de vivência e abre margem para interpretações discricionárias por parte dos órgãos fiscalizadores.

9

NRM – **Separação das competências ANM, MTE e MPT . Em Consulta Pública com ANM encerrando dia 09 e 10/07**

10

Planos Setoriais e Temáticos do Plano Clima Adaptação em Consulta Pública. A mineração tende a crescer produção e é baixa emissora de GEE.



11

Taxonomia Sustentável precisa incorporar conceitos dos demais Planos do Governo Federal. (slide 13)



**TRANSVERSALIDADE DAS AGENDAS
PRECISAM INCLUIR MINERAÇÃO**



11

**TFRM* já estabelecidas nos estados de MG, PA, AP, SE, MT.
Efeito multiplicador nos municípios, pelo menos 15 já identificados.
ADI 7400 – Taxas não podem ser desproporcionais
ADI 7598 – Nova lei do estado de MT para a TFRM.**

***TFRM é a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Mineração, cobrada em unidades fiscais do estado ou município**

12

PL 2780/2024 Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

Relator: Dep. Arnaldo Jardim (Cidadania/SP) na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) da Câmara. **Autoria: Dep. Zé Silva (Solidariedade/MG) e outros.**
Relator Dep. Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)

13

Há uma série de **Projetos de Lei buscando aumento da CFEM e criação de taxas de fiscalização** quando deveriam discutir a boa gestão e aplicação de recursos no investimentos de diversificação econômica e qualidade de vida para a população.

14

Veto 7/2025 (item 23)- Compromisso com a manutenção do princípio tributário de não tributar exportações, de modo a manter segurança jurídica e previsibilidade à exportação de minérios, atividade entre as mais importantes para a geração de divisas ao país e, conseqüentemente, altamente contribuinte para a estabilidade da economia. **Imposto Seletivo nas exportações de bens minerais.**



AGENDA ESG DA MINERAÇÃO DO BRASIL



SEGURANÇA DE PROCESSO



BARRAGENS E ESTRUTURAS DE DISPOSIÇÃO DE REJEITOS



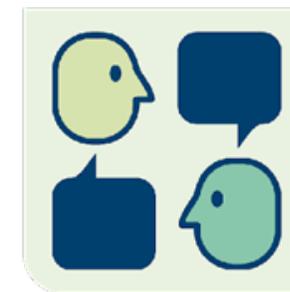
SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL



MITIGAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS



DESENVOLVIMENTO LOCAL E FUTURO DOS TERRITÓRIOS



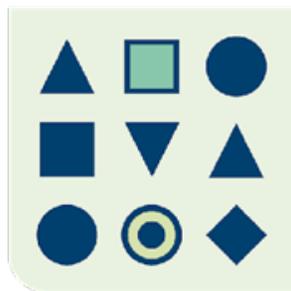
RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES



COMUNICAÇÃO & REPUTAÇÃO



INOVAÇÃO



DIVERSIDADE & INCLUSÃO



ÁGUA



ENERGIA



GESTÃO DE RESÍDUOS



TAILINGS BRAZIL 2025

- 📅 1 e 2 de julho de 2025
- 🕒 9h às 18h
- 📍 Belo Horizonte

[SAIBA MAIS >](#)



12º CONGRESSO BRASILEIRO DE MINA A CÉU ABERTO E MINA SUBTERRÂNEA

- 📅 26 a 28 de agosto de 2025
- 🕒 das 8h às 18h
- 📍 Ouro Preto

[SAIBA MAIS >](#)



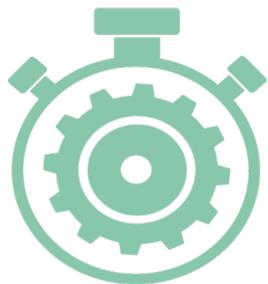
EXPOSIBRAM 2025

- 📅 27 a 30 de outubro de 2025
- 🕒 9h às 21h
- 📍 Salvador (BA)

[SAIBA MAIS >](#)

COP30

10 a 21 de novembro
Presencial
Belém - PA



A mineração deve ser percebida como indutora de políticas públicas de longo prazo, voltadas a promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil.



A mineração pode situar o Brasil entre os protagonistas globais da inovação tecnológica e da transição para uma “economia verde”.

Os minérios são essenciais para cumprir esta agenda: descarbonização e mitigação das mudanças climáticas; maior preservação ambiental; geração de energia a partir de fontes renováveis; desenvolvimento de motores elétricos; de sistemas de inteligência artificial etc.



A mineração é um dos setores que mais gera tributos e encargos ao país. Sempre que o faturamento aumenta, a arrecadação segue na mesma proporção.

<https://ibram.org.br/>